

CRISE FISCAL E AJUSTE DO ESTADO, UMA ANÁLISE DO CASO DO BRASIL

Daniel Nogueira Silva¹, Rosembergue Valverde²

¹ Bolsista do PET, Graduando do Curso de Ciências Econômicas; Universidade Estadual de Feira de Santana, email: líder.daniel@hotmail.com

² Orientador, Doutor em Economia pela Universidade de Paris XVIII, Departamento de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Estadual de Feira de Santana, email: r-valverde@uol.com.br

PALAVRAS – CHAVES: Crise Fiscal, Ajuste, Estado da Bahia

INTRODUÇÃO

O emprego da política fiscal, tendo em vista o crescimento econômico, é uma prática que se disseminou e que embasou grande parte do período conhecido como a “Era de Ouro” do capitalismo. No Brasil, isso foi marcado pela atuação do modelo de Estado Desenvolvimentista, que abrangeu uma forte intervenção estatal na economia, tanto diretamente, por meio de empresas estatais, quanto indiretamente, com oferecimento de subsídios e práticas nas políticas monetária e fiscal de incentivo ao crescimento econômico.

No entanto, tal política fiscal – em meio à crise fiscal financeira que se instaura ao final da década de 1970 e às alterações na concepção da atuação estatal – passou a se adequar, de forma crescente, a lógica de um Estado com reduzida participação no setor real da economia, deixando de ser ele um agente fomentador do crescimento econômico. A partir deste período, principalmente após o primeiro choque do petróleo ocorrido em 1973, a política econômica brasileira foi conduzida por meio da captação de recursos externos para fechar o balanço de pagamentos. Ao contrário dos países desenvolvidos, que procuraram adotar políticas de adequação com o objetivo de reduzir a dependência do petróleo, os responsáveis pela política econômica brasileira optaram por realizar empréstimos no exterior para pagar a conta mais elevada do petróleo e dar prosseguimento a programas de investimentos em setores considerados estratégicos para o desenvolvimento do país.

Em virtude desse panorama, no final da década de 1980 – chamada de década perdida no Brasil – foi proposto aos países latino-americanos, assolados pelo endividamento externo e pela crise fiscal, um receituário de cunho neoliberal, denominado “Consenso de Washington”, que propunha, dentre outros pontos: a privatização de empresas públicas; a abertura comercial, para propiciar o estímulo à competitividade pelas empresas locais; a liberdade cambial, de forma a se evitar artificialismo na cotação da moeda e o rígido controle dos gastos públicos, de forma a evitar a formação de déficits que provoquem a inflação. Esse receituário foi utilizado inicialmente por Collor, mas teve sua plenitude no governo de FHC. Em seu mandato, a pressão para a redução do gasto público se fez cada vez mais presente, culminando, desde 1999, no esforço explícito de obtenção de superávits primários.

METODOLOGIA

Essa pesquisa tem o objetivo de contribuir para o debate sobre o ajuste fiscal do Estado Brasileiro no governo de Fernando Henrique Cardoso, analisando o processo de ajustamento do Estado da Bahia. Para que houvesse uma compreensão teórica do processo estudado, foi necessário contextualizar a crise fiscal financeira que se instaurou no capitalismo ao final da década de 1970 e às alterações na concepção da atuação estatal,

baseados no receituário de cunho neoliberal denominado “Consenso de Washington”. Evidenciamos também as bases ideológicas para a reforma de Estado, apresentando, a partir da perspectiva da ortodoxia econômica, qual o diagnóstico para a os países da América Latina, incluindo assim o Brasil. Centrando-se numa abordagem de pesquisa bibliográfica que, segundo Gil (2002) é “desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”. Esses referenciais teóricos auxiliam na explicação e análise do fenômeno estudado. Um conjunto de pesquisas empíricas, resultantes de monografias, dissertações e teses, serão utilizadas para desvendar a realidade do capitalismo brasileiro, em especial na Bahia, subordinado, sob a hegemonia das políticas neoliberais e suas conseqüências para os resultados fiscais do Estado.

DISCUSSÃO

Um dos trabalhos que debatem a crise fiscal é a obra de James O’Connor, *USA: a crise do estado capitalista* (1977). A questão principal apresentada por O’Connor neste trabalho diz respeito ao conflito enfrentado pelo Estado Capitalista, em tentar conciliar a sua função de promover as condições adequadas no processo de acumulação do capital, e, por outro lado, legitimar a sua posição política, assumindo, também, compromissos com o objetivo de minimizar os custos sociais produzidos na dinâmica do capitalismo monopolista. O que o autor chama de crise fiscal é justamente a contradição revelada pelo estágio de elevado grau de desenvolvimento do capitalismo monopolista sob bases nacionais. Portanto, a crise fiscal do Estado se trata de uma crise do modo de produção capitalista e da manifestação contraditória, do capitalismo em sua etapa monopolista (O’CONNOR, 1977). Este pensamento se difere da perspectiva neoliberal que busca uma conceituação de crise fiscal a partir da crítica ao papel do Estado na economia.

Para os neoliberais, o modelo de desenvolvimento, aplicado na América Latina, em que havia uma forte intervenção do Estado havia chegado ao seu limite, porque as condições internacionais mudaram e as finanças públicas do Estado desenvolvimentista contribuíam muito mais para um quadro recessivo que expansivo da economia, principalmente pela hiperinflação verificada na maioria dos países da região, entre 1980 e 1990. Em resumo o que eles pretendiam era que os países adotassem uma filosofia de gestão pública fiscalista na qual os desequilíbrios orçamentários eram apontados como os principais responsáveis pela crise do Estado e ineficiência dos mercados.

Já em *crise econômica e reforma do Estado no Brasil* (1996a), Bresser Pereira busca fazer uma distinção da abordagem ortodoxa representada pelo Consenso de Washington e a perspectiva que ele possuía em relação à interpretação e diagnóstico da crise econômica latino-americana. Todavia, seu ponto de partida é o mesmo: a crise econômica regional é uma crise do Estado. A sua proposta para solucionar este problema também se aproxima do pensamento ortodoxo: amplas reformas econômicas e do Estado voltadas para o desenvolvimento dos mercados.

Bresser define a sua abordagem como defensora de uma “limitada intervenção do Estado no plano econômico e uma firme presença na área social com a crença no mercado e na formulação e execução de reformas orientadas para o mercado” (BRESSER-PEREIRA, 1996). O projeto de reforma do Estado no Brasil seria guiado por esta filosofia política, a partir na segunda metade da década de 1990. O elemento central que determina, portanto, a crise do Estado, passa pelos sucessivos déficits públicos, que levam, conseqüentemente, a exaustão da poupança pública.

Em suma, tanto a abordagem do Consenso de Washington, como a que é feita por Bresser, partem de diagnóstico similares: a crise do Estado, diferenciam-se rasteiramente em suas causas. Enquanto a primeira deposita todos os problemas no populismo econômico, a

corrente “social-liberal”, (como é chamada a abordagem feita por Bresser-Pereira), descarrega a culpa na macroeconomia pública, entretanto eles chegam aos mesmos programas de reforma. Partindo destas interpretações do problema da crise fiscal é que foram realizadas uma série de mudanças para reduzir a presença do Estado na economia brasileira.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Um dos principais argumentos que predominou em defesa da reforma do Estado e sobre as mudanças econômicas no Brasil na década de 1990, diz respeito à crise fiscal. O discurso em defesa da responsabilidade fiscal, controle sobre as contas públicas e a manutenção do equilíbrio orçamentário era a justificativa da ortodoxia econômica para realizar um conjunto de reformas econômicas. Baseado nesta perspectiva o Estado é responsabilizado por gastar demais e muito mal; isto significa que a crise fiscal é concebida como um desequilíbrio entre receitas e despesas e a má alocação dos recursos públicos. Entretanto, alguns importantes autores brasileiros têm trazido diversas contribuições para esta discussão, discordando da perspectiva ortodoxa da necessidade de uma mudança de eixo das relações do Estado, justificado por uma suposta crise fiscal.

A crítica que mais avançou no objetivo de compreender o conceito de crise fiscal, dentro da lógica de funcionamento do sistema capitalista e das relações orgânicas estabelecidas entre o Estado e o capital, está reunida nos trabalhos desenvolvidos por Santos (1998) e Santos et. al. (2001b; 2004a; 2004b). Nesses trabalhos, os autores vão muito mais além, com uma preocupação original de compreender o papel do Estado no capitalismo contemporâneo, desvencilhando-se dos estreitos limites da interpretação macroeconômica conjuntural.

O ponto de partida dos autores é compreender a crise fiscal não como uma simples crise financeira, onde os agentes econômicos têm dificuldades de negociar seus débitos financeiros, incluindo o Estado. Os trabalhos desses autores não fazem apenas uma avaliação conjuntural que interpreta a crise somente pelo excessivo gasto público e as dificuldades de alocação de recursos, devido à ineficiência do sistema tributário. O ponto fundamental é destacar a crise fiscal, ou seja, o esgotamento das condições de financiamento do Estado brasileiro, no contexto da crise estrutural do padrão de acumulação capitalista em escala mundial.

Como para a ortodoxia os desequilíbrios fiscais são o problema central seu diagnóstico torna-se mais simples, como já foi assinalado, e as propostas de solução muito mais pragmáticas; uma das únicas alternativas é reduzir a capacidade de intervenção estatal diminuindo seus gastos, induzindo dessa maneira aos superávits primários, e se desfazer de suas atividades econômicas através das privatizações. Já para Santos et. al. a crise do Estado não pode ser tomada, tendo por base, exclusivamente, as relações fiscais, muito pelo contrário, a crise tem origem no próprio sistema capitalista que leva ao acirramento da concorrência intercapitalista e às disputas por espaços sobre as estruturas estatais.

A tese da crise fiscal, defendida pela ortodoxia econômica, funciona como um forte instrumento ideológico para que a força dos capitais pressione as estruturas estatais no sentido de lhes possibilitarem novas oportunidades de geração de lucros. É neste momento que entra em cena o papel das instituições internacionais, como o FMI, o Banco Mundial e a OMC, em defesa dos capitais líderes e impondo programas de reformas políticas macroeconômicas responsáveis pela estruturação dos Estados nacionais da periferia e a abertura dos seus respectivos mercados.

BIBLIOGRAFIA

ABRUCIO, Fernando Luiz. **O Impacto do Modelo Gerencial na Administração Pública**. Brasília: ENAP, 1997.

BAER, Werner. **A Economia Brasileira**. São Paulo: Editora Nobel, 2002.

BRASIL, Ministério da Fazenda. Secretaria do Tesouro Nacional. **Programa de Estabilidade Fiscal**. Brasília, outubro 1998.

BRESSER-PEREIRA, Luís Carlos. **A crise econômica e reforma do Estado no Brasil**: para uma nova interpretação da América Latina. São Paulo: Ed. 34, 1996 a.

CANO, Wilson. **Soberania e política econômica na América Latina**. São Paulo: UNESP 2000.

GIAMBIAGI, Fábio; ALÉM, Ana Cláudia. **Finanças Públicas: Teoria e Prática no Brasil**. Rio de Janeiro: Campus, 2001.

GOMES, Fábio Guedes. **Acumulação de Capital via Dívida Pública: Contribuição para uma crítica à razão da crise fiscal**. 2007. 236 f. Tese (Doutorado em Administração) – Escola de Administração, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2007.

LOPREATO, Francisco Luiz C. **Um novo caminho do federalismo no Brasil**. Brasília: BNDES, 1997.

O'CONNOR, James. **USA: a crise do estado capitalista**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

SANTOS, Reginaldo Souza. **A história das idéias sobre o Estado e as finanças públicas no capitalismo**. 1991. 218 f. Tese (Doutorado em Economia) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 1991.

SANTOS, Reginaldo Souza *et. al.* A controvertida crise fiscal brasileira. **Revista Desenhahia**. Salvador, Bahia: Desenhahia, Solisluna, v.1 n.1, p. 79 – 105, set. 2004a.